

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador





Fabiano Godinho Faria é graduado e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona como professor efetivo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Mauro Luiz Barbosa Marques é historiador. Doutor pela UNISINOS (RS) e professor no Instituto Federal de Pernambuco. Dedicar-se à pesquisa em temas como mundo do trabalho e história dos pensamentos políticos.

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador



Sobral
2020

**SER
TÃO
CULT**

Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador

© 2020 copyright by Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhaes Linhares
Maria Aparecida de Sousa
Raimundo Alves de Araújo
Raul Max Lucas da Costa
Regina Celi Fonseca Raick
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Viviane de Souza Lima
Telma Bessa Sales

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Ilustrações

Mateus de Paula Pimentel Ferreira

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

G527 Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador./ Fabiano Godinho Faria, Mauro Luiz Barbosa Marques, (Organizadores). - Sobral- CE: Sertão Cult, 2020.

254p.

Número ISBN: 978-65-87429-04-5 - papel
Número ISBN: 978-65-87429-05-2 - E-book-pdf
Doi: 10.35260/87429052-2020

1. Política. 2. Liberalismo. 3. Conservadorismo. 4. Progressivismo. I. Título. II. Faria, Fabiano Godinho. III. Marques, Mauro Luiz Barbosa.

CDD 324.281

*Agradecemos o apoio das seguintes entidades sindicais
de servidores dos Institutos Federais de
Educação, Ciência e Tecnologia:*



Sumário

Apresentação / 9

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro / 13
Michael Löwy

Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina / 20
Hernán Ramírez

Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana / 46
David Moreno Montenegro

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas / 71
Rejane Carolina Hoeveler

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook / 90
Celina Lerner

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro / 122
Fabiano Godinho Faria

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro / 159
Michelangelo Torres

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S) / 174
Felipe Cazetta

Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930 / 193

Cícero João da Costa Filho

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea / 222

Fábio Gentile

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead / 241

Mauro Luiz Barbosa Marques

Apresentação

Parece evidente um crescimento expressivo de correntes denominadas como “extrema direita”, entre outros termos, que chegaram ao poder em várias partes do mundo, desde a América, com EUA, Brasil e Colômbia, passando pela Europa, de Hungria e Polônia, chegando à Ásia, de Israel, Turquia e Índia, entre tantos outros Estados Nacionais. Especialmente após a crise econômica global de 2008, saídas por este viés socioeconômico tiveram seu grau de influência ampliado imensamente.

Tal fenômeno não demonstra ser efêmero, apesar de importantes dificuldades onde é aplicado na gestão estatal. Ainda que não reste clara a duração desse processo, ele merece toda atenção e problematização necessárias, pois traz às disputas políticas globais novos elementos nem sempre compreendidos, especialmente pela massa crítica progressista. Estes alinhamentos vinculados à direita extrema, via de regra, combinam de forma contraditória e complementar aspectos conservadores e ultraliberais, regados a práticas autoritárias de cunho neofascista. Em comum, tendem a rejeitar ou reagir a qualquer risco que coloque em xeque a ordem instituída, apesar de uma aparência difusa antissistêmica. Este avanço das direitas extremas pode ser um desdobramento do fracasso do neoliberalismo tradicional em promover a elevação geral do nível de vida pela instalação de uma sociedade de competição perfeita. Como os resultados foram o oposto, apostam numa guinada de ódio em que culpabilizam os setores política e socialmente mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, alternativas políticas ao modelo neoliberal tiveram inúmeras dificuldades e limites nas práticas políticas efetivas.

Desde suas origens, os conservadores são umbilicalmente ligados à defesa da tradição, da hierarquia e temem o “novo”. Historicamente ligam-se a uma ideia de alternativa global à modernidade, ao pensamento progressista e especialmente revolucionário, que reduziu o poder do chamado *Antigo Regime* europeu. Correntes liberais contribuíram em muito para tal virada histórica difundindo ideias sobre a possibilidade do indivíduo autônomo aperfeiçoar sua vida a partir de transforma-

ções baseadas na iniciativa, no progresso e na racionalidade. Curiosamente, liberais e conservadores se aproximaram em muitos sentidos, especialmente a partir da metade do século XIX. Mergulhar em tal problemática, também debatida aqui nesta obra, tem sua centralidade para entender tal processo político contemporâneo. Apenas o pragmatismo político explica tal aproximação?

Os elementos contemporâneos após 2008 carregam um cenário marcado pela decadência econômica e a busca da retomada da taxa de lucros do capital, a constante migração massiva em diversos pontos do planeta, especialmente no sentido “sul-norte”, o desemprego e precarizações extremas da força de trabalho. A falta de respostas de governos de diversas matizes distintas da extrema direita, entre outros fatores, se somam num caldeirão que permite a nova germinação de valores se não esquecidos, bastante minoritários no pós 2ª Guerra Mundial. Assim, neste momento em que o pêndulo político global se movimenta à direita, organizamos esta publicação e convidamos à sua leitura. É pretendido aqui discorrer sobre características, origens, concepções e práticas das “direitas”, em suas diversas matizes, priorizando a compreensão deste problema na contemporaneidade, mas debruçado na longa duração para a devida e aprofundada análise do tema.

Para tal objetivo, onze autores com seus respectivos artigos estão aqui elencados. **Michael Löwy** abre a série de capítulos desta obra discorrendo sobre a amplitude planetária da ação da direita extrema, dialogando com conceitos como fascismo, populismo e neofascismo, colocados à luz da prática política destes partidos e governos espalhados por inúmeros países. Ainda na perspectiva transnacional, fundamental ao tema, **Hernán Ramírez** traz a origem do neoliberalismo, especialmente no Cone Sul americano, e o relaciona com as engrenagens de sistemas autoritários praticados nos Estados da região e chega, temporalmente, a debater tal relação no tempo presente.

David M. Montenegro analisa a ascensão do governo Bolsonaro dialogando com o conceito de fascismo dependente pensado na longa duração, tendo como partida os regimes civis militares surgidos da década de 1960 em diante no espaço latino-americano e superando as variadas experiências de esquerda que assumiram o poder a partir do final do século passado. Na perspectiva do tempo presente, **Rejane C. Hoeweler** traz em seu capítulo um estudo sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões no último período, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro.

O capítulo escrito por **Celina Lerner** utiliza grafos que demonstram as relações entre mais de nove mil grupos no Facebook que formaram a rede libero-con-

servadora atuante nos últimos anos no Brasil. Uma impressionante radiografia deste instrumento utilizado pelos setores de direita com grande competência e ousadia neste período recente. Por sua vez, **Fabiano Godinho Faria** resgata a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma espécie de “teoria da conspiração” importada do exército francês no final da década de 1950, que se tornou a alma da conspiração que derrubou João Goulart. No governo de Jair Bolsonaro, em pleno século XXI, essa mesma doutrina está sendo novamente resgatada das cinzas para justificar o renovado combate à ameaça do comunismo.

Navegando de forma comparativa entre os primeiros períodos republicanos de Brasil e Portugal, **Felipe Cazetta** retrata o embate do integralismo lusitano e brasileiro contra o liberalismo, as correntes socialistas bem como às formas democráticas, mesmo mínimas, de organização societal. No mesmo período histórico, **Cícero João da Costa Filho** analisa a trajetória intelectual de Gustavo Barroso, com destaque ao antissemitismo como elemento fundamental do projeto integralista do qual este intelectual nordestino ocupava a função de chefe da milícia. Nestes dois artigos, o integralismo é desnudado como importante corrente conservadora do início do século passado.

Fabio Gentile pensa em seu artigo configurações ideológicas e as organizações políticas da direita brasileira contemporânea. Traz e analisa a categoria de direita “plural”, destacando a tensão liberalismo-autoritarismo, algo presente na história do Brasil. Assim, o fenômeno da direita brasileira é pensado pelo autor numa perspectiva histórica e vinculado às tradições doutrinárias de longa duração. Por seu turno, **Mauro Luiz B. Marques** apresenta uma análise contextualizada da série distópica de imenso sucesso “O Conto da Aia”. Indo bem além do conteúdo da série em si, o autor relaciona a proposta ficcional distópica da autora com o cenário estadunidense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, bem como desnuda aspectos centrais da doutrina ultra-liberal e ultraconservadora daquele país.

Michelangelo Torres aborda uma análise crítica dos primeiros 18 meses da política educacional do governo de extrema direita no Brasil. O andamento da análise recai sobre as continuidades e descontinuidades da política educacional no governo Bolsonaro em relação a governos que o precederam. A hipótese é que há, por um lado, o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora que pretende impor, por viés autoritário, uma nova face à educação no País com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico.

Tais textos analisam as práticas políticas libero-conservadoras-autoritárias planetárias, com destaque ao cenário nacional. Esta coletividade de autores espera contribuir para o pensamento crítico, libertário e de resistência a um mundo em disputa e que, perigosamente, pode voltar a beirar o obscurantismo societal.

Os organizadores

Fabiano G. Faria & Mauro Luiz B. Marques

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro



Michelangelo Torres¹

“Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”

(Jair Bolsonaro, durante campanha eleitoral em 2018).

“o professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”

(Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação).

Em perspectiva mundial, o capitalismo contemporâneo tem passado por profundas mutações. A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Para tanto, sobretudo na periferia do sistema mundial de Estados, requer-se uma investida privatista de grande monta nos serviços públicos e o desmonte de suas forças de resistência. No Brasil, notadamente com a ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-16 e em diversas partes do globo, uma extrema direita parece ter influído sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o futuro da educação pública. É com este intuito que este artigo pretende analisar as políticas educacionais do governo Bolsonaro em seus primeiros 18 meses de gestão.

Importante esclarecer que o projeto do imperialismo para países semiperiféricos é a estratégia de recolonização. No quadro brasileiro, amplamente inserido no

1 Professor Doutor do IFRJ.

processo de mundialização do capital, é marcante a sua inserção subordinada ao mercado global (dependência estrutural da economia brasileira, enquanto submetrópole). Apesar dessa dependência e subordinação internacionais, o dinamismo do capital financeiro, da expansão das transnacionais atuantes no país, do investimento estrangeiro direto (IED), a atuação das corporações empresariais brasileiras fora do país, sobretudo no continente, tem se expandido. Podemos inferir que o Brasil representa hoje, simultaneamente, uma semicolônia privilegiada (com uma burguesia expansionista mas subordinada ao imperialismo) e uma submetrópole do tipo periférica, dado seu gigantismo expansionista no continente (ainda que não exerça domínio político na região). Ou seja, o capital é internacionalizado, mas o Estado brasileiro é subordinado ao sistema internacional de Estados, ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho. Trata-se da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado.

Acrescentemos, em tempos de endurecimento político pós golpe parlamentar no país (em verdade se tratou de um golpe de novo tipo)², vivenciamos uma verdadeira ofensiva reacionária de tentativa de desmonte do sindicalismo, dos serviços públicos e de devastação do trabalho regulamentado e dotado de direitos, como servem de exemplificação as reformas ultraliberais, o novo vilipêndio representado pela terceirização irrestrita e total, prevalência do negociado sobre o legislado, desmonte do Ministério do Trabalho, desregulamentação da legislação protetora do trabalho via reforma trabalhista e previdenciária, legalização do trabalho intermitente, tentativa de imposição da chamada “carta de trabalho verde-amarela”, a proposta de reforma administrativa, dentre tantos ataques à organização coletiva dos trabalhadores. Ou seja, predomina a precarização do trabalho como regra em tempos pós-conciliação de classes e de contrarreformas em período do que podemos, talvez, denominar por novo estado de exceção. A classe dominante brasileira parece ter levantado seu punho direito, autocrático e antissindical, com apoio social dos setores médios girados à direita, das forças do Judiciário, do Parlamento e da mídia corporativa. A ordem empresarial e das forças políticas hegemônicas pretendem demolir quaisquer resquícios de elementos classistas da representação dos trabalhadores. Nem mesmo a conciliação de classes está em seus planos³. É nesse contexto que se insere o governo Bolsonaro. Tempos duros virão para os

2 No dia 03 de dezembro de 2015, a Câmara dos Deputados, mediante o encaminhamento do presidente da Casa, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal, com arranjo político junto aos partidos da oposição de direita. Com o ativismo arbitrário de procuradores e juízes, em parceria com a grande mídia corporativa, a medida ganhou força política e simpatia pela burguesia, partidos de direita e setores da classe média desde então. Em 31 de agosto de 2016 foi efetivado o impeachment definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado Federal.

3 Referência ao processo político em que a burla jurídica foi denominada por *impeachment*, que, em verdade, pode ser interpretado como um golpe parlamentar de novo tipo, em que as classes dominantes (internacionalizadas e financeirizadas) descartaram o governo Dilma e romperam com o ciclo de conciliação do PT iniciado por Lula.

sindicalistas, ativistas e militantes de esquerda. A barbárie se anuncia. Diante da hipótese bonapartista e de intensa escalada autoritária no regime, haverá espaço para a educação pública?

Apesar de suas poucas palavras no período de campanha eleitoral e das inúmeras tentativas de se esquivar do debate público, Bolsonaro foi o candidato que mais abordou o tema da educação nas eleições 2018. Ao assumir o mandato presidencial, elegeu a educação pública como inimigo nº 1 em potencial. Já existem disponíveis ao público um número razoável de textos que fazem importante apinhado do impacto da ofensiva reacionária durante os primeiros meses do governo Bolsonaro, sobretudo contra as universidades, a ciência e a tecnologia. Resta, neste artigo, um balanço temático da educação de conjunto tendo em vista o recorte temporal relativo ao primeiro um ano e meio do governo de extrema direita brasileiro.

Continuidades ou descontinuidades?

O que há de comum e distintivo entre as “novas” políticas educacionais do governo Bolsonaro? Por um lado, há o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora. Uma agenda que não se limita a dar continuidade, mas, sobretudo, impor uma nova face à educação no país com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico. O viés autoritário e antidemocrático está no “DNA” desse governo. De outro lado, está em curso o que podemos denominar por uma ofensiva ultra neoliberal, encampada pelo Ministro Paulo Guedes e seguida como cartilha com viés obscurantista pelos ministros da Educação, pautada pela lógica do mercado e expressa na intensificação da onda de privatização da educação pública (e apropriação do fundo público pelo empresariado), levando a mercantilização da educação às últimas consequências e o desmonte de seu sentido público.

O MEC e as políticas educacionais autoritárias de Bolsonaro

O governo Bolsonaro é marcado pela instabilidade política⁴ e crises de grande envergadura. Apesar da relação conflituosa, manteve o apoio da maioria das classes dominantes e setores médios no que se refere ao seu programa econômico,

4 Além de inúmeras propostas seguidas de recuos políticos, apenas no primeiro ano de seu mandato o presidente Jair Bolsonaro alterou quatro ministros do comando de pastas estratégicas do governo: Secretaria-Geral da Presidência, Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Governo. Foram três demissões e uma troca de comando entre órgãos, além de inúmeras exonerações e demissões de funcionários do governo. Em menos de 100 dias de governo, passaram pela pasta ministerial da educação, no MEC, inúmeros gestores de alto escalão que foram exonerados ou pediram demissão, além das mudanças dos ministros: Ricardo Vélez Rodríguez (colombiano, teólogo e filósofo de extrema direi-

ainda que já comecem a haver rupturas. Conforme analisamos nos últimos meses, o Ministério da Educação (MEC) de Bolsonaro (a despeito de suas trocas de gestores e de sua instabilidade) tem por foco o gerenciamento/financiamento da educação dentro dos marcos ultraliberais e, do ponto de vista ideológico, aproximar-se da extrema direita. Por outras palavras, sob nova direção do Estado, a agenda educacional tem combinado ajustes ultra neoliberais e traços neofascistas.

Façamos um breve resgate das principais medidas de Bolsonaro para a educação em seus primeiros 18 meses de gestão:

- Combate à ideologia de gênero, à dita doutrinação ideológica e ao suposto marxismo cultural nas escolas e universidades. Tentativa de retomada do **Programa Escola Sem Partido** (cerceamento da liberdade de ensinar e combate à “ideologia de gênero”) - apesar de engavetado e sem formalização - e investida na criação de uma comissão investigadora responsável por inspecionar temas da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que façam abordagens “ideológicas” ou consideradas “de esquerda”, recrudescendo o traço autoritário e excludente do governo;
- **Revisão nos livros didáticos:** Tentativa de revisar os livros didáticos no intuito de inserir *fake news* e possibilitar a ausência de fontes científicas, medida promovida pelo então Ministro da Educação Véléz Rodríguez (no cargo entre janeiro e março de 2019);
- **Exaltação à ditadura militar.** O Ministro Ricardo Véléz Rodríguez promoveu inúmeros discursos reacionários, com destaque para a orientação de que os livros didáticos de história apagassem a existência do período ditatorial brasileiro, devendo ser interpretado como “movimento cívico”, uma vez que se devesse, na opinião do ministro, e dos ideólogos olavistas, se comemorar o Golpe Militar de 1964.
- O ministro Véléz anunciou que impulsionaria o Projeto Rondon e retomaria o **ensino de Moral e Civismo** (abolido após o regime militar) nas escolas e universidades. A medida controversa recebeu inúmeras críticas, fazendo o governo recuar na proposta.

ta), substituído, em função de acúmulo de polêmicas na pasta, por Abraham Weintraub (consultor do mercado financeiro com ênfase em previdência e aluno de Olavo de Carvalho).

Quando concluíamos este artigo, em junho de 2020, foi anunciada a saída de Weintraub do MEC em função de ter sido um dos principais protagonistas do desgaste do governo federal com outros poderes, como o STF. Em reunião interministerial de abril, em vídeo vazado, o então ministro do MEC sugere a prisão dos ministros do STF. Avaliado como o pior ministro da educação de todos os tempos, Weintraub, o ministro fujão, deixou o país com receio de ser preso. Em seu cargo, até o presente momento – julho de 2020 – passou pelo MEC um terceiro ministro relâmpago, Carlos Alberto Decotelli, que em função de inconsistências em sua carreira acadêmica, logo foi deposto em tempo recorde. Renato Feder chegou a ser anunciado pelo presidente Bolsonaro para a pasta, mas logo voltou atrás em sua decisão, ao ser pressionado pela ala olavista e evangélica. Após vacância na titularidade da pasta, foi nomeado o pastor Milton Ribeiro para a função. Este seria o quarto ministro improvisado em um ano e meio de desgoverno. Em resumo, o MEC foi comandado por um capacho de Olavo de Carvalho, por um golpista fujão, um fraudador de currículo e um pastor evangélico. Que tempos!

- **Medidas autoritárias e antidemocráticas.** O MEC enviou comunicado às escolas solicitando que as crianças fossem perfiladas e cantassem o Hino Nacional, com alunos (menores de idade) filmados e realizando a leitura de mensagem institucional do MEC contida numa carta com slogan de campanha presidencial do partido de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” (Velez Rodrigues). A medida gerou tamanha polêmica que o ministro teve de recuar nessa empreitada. O MEC realizou também intervenção na autonomia de Institutos Federais e Universidades, decidindo sobre a escolha (não democrática) de reitores e de suas equipes de gestão.
- Anúncio de corte na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) por “balbúrdia” e motivações ideológicas. Outra medida polêmica foi a “**Lava-Jato da Educação**” (Ministro Abraham Weintraub, consultor do mercado financeiro). Além dos ataques às três instituições mencionadas, o ministro Sérgio Moro e o então ministro da Educação, Velez Rodrigues, assinaram um protocolo para iniciar a Operação Lava-Jato na educação, que visava desmoralizar o sistema de educação federal do país e impor uma luta ideológica, promovendo investidas autoritárias e espetáculos com a polícia federal em reitorias, departamentos e programas em universidades e Institutos Federais. Vale lembrar, também, pronunciamento oficial admitindo-se **cobrança de mensalidades na pós-graduação stricto-senso**, historicamente gratuita no país, com o intuito de promover a expansão do ensino superior privado e mercantil sob controle de grandes fundos de investimentos.
- **Corte orçamentário** em todas as universidades, Institutos Federais (suspensão do repasse de 30% das verbas discricionárias) e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Tais ações geraram as duas maiores manifestações de rua contra o governo Bolsonaro, em 15 de maio e em 30 de maio de 2019: em defesa das universidades e da educação pública.
- **Ataque à pesquisa:** suspensão de edital de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) já aprovado em 2018 e que envolvia 2.516 bolsas de várias modalidades. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) teve 4.798 bolsas de pesquisa cortadas.
- Desmantelamento da Educação Básica e **Militarização de escolas** (unir “disciplina” e bom desempenho escolar), em evidente projeto de desmonte de qualquer perspectiva de gestão democrática. O governo criou, na estrutura do MEC, a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, vinculada à Secretaria de Educação Básica. Ao mesmo tempo em que o

ministro Vélaz afirmou que “as universidades devem ser reservadas para uma elite intelectual”, defendeu a gestão cívico-militar das escolas como medida de “combate às drogas” e para acabar com a violência na escola. O intuito de Bolsonaro seria criar “uma escola militar em cada capital do país”.

- O Ministério da Educação oficializou o lançamento do **programa “Future-se”**, que visa reestruturar o financiamento do Ensino Superior público ao ampliar o papel das verbas privadas no orçamento das universidades. Na prática, o projeto visa o privatismo do ensino superior e Institutos Federais, trazendo um novo mecanismo de financiamento (interesses imediatistas empresariais): os recursos passam a ser geridos por Organizações Sociais (OSs) / ameaça a autonomia das Instituições Federais (IF) ao prover um autofinanciamento em que se desobriga o Estado de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. O programa ainda coloca a pesquisa científica rumo aos interesses do mercado: aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados / desestímulo à pesquisa em humanidades. Outra medida polêmica é o fim dos concursos públicos e a precarização no plano de carreira docente, com previsão de contratação de profissionais com base no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (complementação de renda via venda de pesquisas no setor privado), promovendo a descaracterização de Regime de Dedicção Exclusiva / ensino-pesquisa-extensão. Isso sem mencionar a potencialização dos efeitos da Emenda Constitucional 95 (redução de gastos públicos com pessoal nas universidades e Institutos Federais)⁵.
- Adoção da Medida Provisória 914/2019, que estabelece retrocessos democráticos e ataca a autonomia universitária ao instituir maior **ingerência governamental no processo de escolha de dirigentes das universidades** federais, dos Institutos Federais e do colégio Pedro II, podendo, inclusive, inviabilizar eleição dos diretores das unidades acadêmicas. No mesmo sentido, o MEC interviu em algumas reitorias de instituições de ensino, impondo a **nomeação de interventores, e não reitores eleitos democraticamente**, como foi o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), do Rio Grande do Norte

5 Importante observar que, logo após o governo anunciar o Programa Future-se, as ações da Kroton Educacional S. A (Anhanguera, Unopar, Pitágoras), Estácio Participações S. A (Estácio de Sá), GAEC Educação S. A. (São Judas e UniBH) e SER Educacional S. A (Univeritas, Uninassau), negociadas na bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA), registraram uma tendência de alta a partir de 7 de maio de 2019 (o programa foi anunciado em 17 de julho). As ações da Laureate Education Inc (Anhembí Morumbi e FMU), negociada na NASDAQ e as ações da Adtalem Global Education (Ibmec), negociadas na bolsa de Nova York, apresentaram uma alta a partir de 8 de maio. Portanto, os grupos oligopólios privados da educação superior vislumbram o ensino superior como potencial financeiro a partir das políticas privatistas na educação.

(IFRN), da Bahia (IFBA) e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), para ilustrarmos.

- **Tentativa de o governo impor a contratação via CLT para ingresso docente nas universidades.** Trata-se de uma política obscurantista de ódio à dedicação à ciência e fortalecimento da dimensão privatista visando a precarização do trabalho docente nas universidades, que, segundo proposta do MEC, é que sejam gerenciados por meio de Organização Sociais (OSs).
- Política de **suspender contratações de docentes e técnicos-administrativos.** Em seu primeiro ofício de janeiro de 2020, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) comunicou às Instituições Federais de Ensino que estão suspensas as contratações de docentes e técnicos em 2020, até a publicação da LOA (Lei Orçamentária Anual). O intuito é que nenhum servidor pudesse ser nomeado, ainda que já tivesse sido aprovado em concurso público. Tal medida está na esteira das propostas do Banco Mundial no tocante à racionalização das despesas com pessoal no serviço público⁶.
- Espetáculo de horrores protagonizado pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub e representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com **erros nos resultados do Sistema de Seleção Unificada (SiSU)**, causando grandes transtornos aos estudantes que ensejavam o ingresso no ensino superior via ENEM.
- **Irresponsabilidade educacional em meio à pandemia.** Medidas que combinaram a defesa de volta às aulas em meio à crise sanitária e tentativa de flexibilização das medidas de isolamento social (Covid-19), contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e proposta alternativa de **adoção à Educação a Distância (EaD) nas escolas públicas** em substituição às aulas presenciais a fim de “salvar o ano letivo” de modo improvisado (Abraham Weintraub), em detrimento da política de salvar vidas. Isto é, após a suspensão de aulas presenciais em todos os estados à revelia da política negacionista da pandemia por parte da equipe de Bolsonaro, o governo orientou que, a partir do ensino fundamental, as escolas adotassem atividades não-presenciais (à distância) para cumprir a carga horária obrigatória, sem qualquer planejamento pedagógico ou consideração com as faltas de infraestrutura, desconsiderando, assim, a realidade brasileira⁷.

6 Conferir relatório do Banco Mundial para o Brasil, “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro” (BANCO MUNDIAL, 2019). Na mesma linha, já no ideário neoliberal dos anos 1990, conferir World Bank (1995).

7 Segundo pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) de 2018, cerca de 30% da população não tem acesso à internet e, nas

- Proposta do MEC em **umentar a carga horária docente e instituir controle de ponto eletrônico para professores** da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mediante proposta da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC em modificar a regulamentação da atividade docente expressa na Portaria nº 17/2016, que pretende ainda impor maior controle sobre o trabalho docente, previsão de adoção de ensino remoto e EaD (visando precarização do trabalho docente), **desestimulando, de tal modo, as atividades de pesquisa e extensão dos Institutos Federais.**
- Divulgação da **Portaria nº 34 da Capes** em meio à pandemia mundial, impondo novas mudanças aos programas de Pós-Graduação, aprofundando o sucateamento das universidades públicas e da pesquisa.

A despeito dos tensionamentos no MEC e suas forças internas em disputa – com destaque para as alas empresarial, olavista e militar-tecnocrática – o ministério demonstrou ter um discurso vazio e totalmente desconectado das necessidades das escolas públicas (além de conflitos entre ideólogos ligados a Olavo de Carvalho, militares e técnicos de gestão corporativa). A equipe do MEC sequer tem se embasado em algum diagnóstico consistente, apenas apresenta uma visão rudimentar que ignora completamente as pesquisas acadêmicas, os sindicatos e as entidades nacionais que congregam educadores. Ao contrário, o que temos visto são propostas descabidas e estabanas, mas em evidente tentativa de desmonte da esfera pública, consolidando um projeto privatista. O ataque da pasta à autonomia universitária, as perseguições a educadores, a postura antissindical, o autoritarismo e medidas antidemocráticas aproximam o MEC do conservadorismo de extrema direita⁸. Contra a autonomia universitária, basta citarmos o Decreto 9.794/19, cujo objetivo é prever que a nomeação para cargos de direção deve ser precedida de análise do Governo Federal, bem como o Decreto 9.754/19, que estabelece a extinção de cargos efetivos em áreas administrativas das universidades.

Inúmeras outras medidas conjunturais do governo federal implicaram em aviltamento das condições de trabalho na educação, como a terceirização de contratações no serviço público e a reforma trabalhista do governo anterior; a reforma trabalhista; o Plano Mais Brasil, composto pela Proposta de Emenda Constitucional Emergencial (PEC 186/2019), a PEC dos Fundos (PEC 187/2019) e a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que pretende o reequilíbrio fiscal reduzindo

regiões rurais, esse percentual sobe para 53,5%.

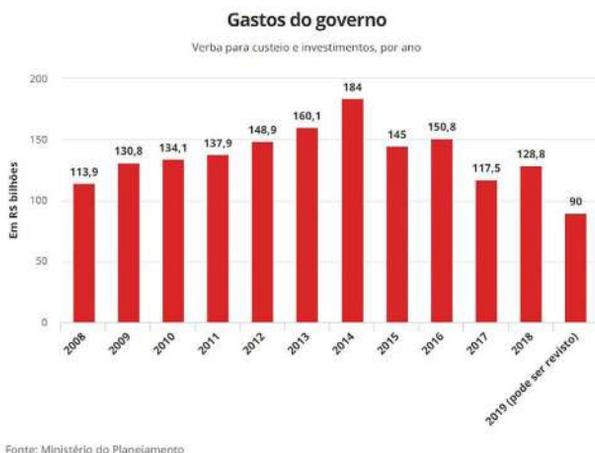
8 O autoritarismo do governo Bolsonaro na educação foi expresso em inúmeras ocasiões, a exemplo das intervenções em universidades (via repressão policial ou por meio de interventores nas gestões locais, como no caso de interventores do governo em substituição a reitores eleitos). Ainda durante o período eleitoral, juizes eleitorais, preocupados com possível eleição do candidato petista de oposição, determinaram a busca e apreensão de propaganda política em universidades e sedes de sindicatos educacionais, proibiram aulas temáticas eleitorais e permitiram intervenções policiais nas instituições e atos e debates públicos. Posteriormente, tais arbitrariedades jurídicas foram sustadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

jornada e salários do funcionalismo, suspendendo concursos e proibindo progressões funcionais, além do recente Projeto de Lei 39/2020, que prevê, em seus artigos 7º e 8º, o congelamento de salários dos servidores públicos.

Um dos argumentos do governo para sustentar suas políticas seria de que se gasta muito com educação no país. Analisemos rapidamente.

Os gastos educacionais e a política de cortes

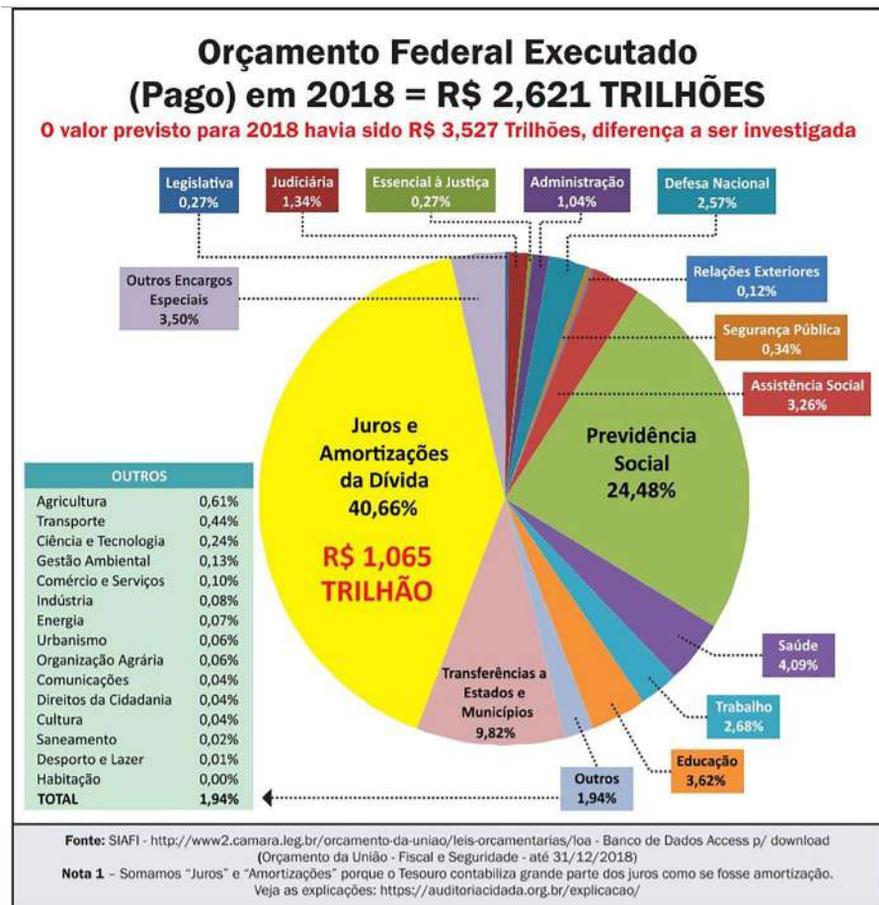
Entre 1995 e 2005, o gasto per capita em educação manteve-se, basicamente, constante: na marca de quase R\$ 1 mil. De 2006 a 2014, praticamente dobrou (alcançando cerca de R\$ 1,9 mil). A curva desse indicador começa a demonstrar declínio a partir de 2015. Como não foi institucionalizado, o aumento efetivo dos gastos educacionais no país⁹ durante os governos petistas foi bruscamente revertido a partir do governo Temer. A inflexão foi agravada com a Emenda Constitucional 95/2016. Se tomarmos apenas os gastos envolvendo a União (CASTRO, 2019), de 2008 a 2014 o crescimento dos gastos foi significativo, saltando de R\$ 61,5 bilhões para R\$ 130 bilhões (se tomarmos o PIB como referência, os gastos aumentaram de 1,1% para 1,3%). Objetivamente, o auge de crescimento do investimento educacional se deu entre 2008 e 2012, perdendo força em 2013 e despencando a partir de 2015. A curva mantém-se descendente nos anos 2018 e 2019. Para se ter um exemplo, em 2018, os investimentos recuaram ao patamar de 2012 (em 2012 os gastos com investimento do orçamento primário do MEC foram de 18% para 4%), conforme observa Leher (2019).



Conforme o gráfico acima, o bloqueio orçamentário anunciado logo nos primeiros três meses do governo Bolsonaro impôs que a verba para custeio e inves-

9 Os gastos educacionais são compartilhados entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

timentos fosse a menor nos últimos onze anos, comprometendo a prestação de serviços públicos. Também o limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) foi reduzido para R\$ 90 bilhões no mesmo ano.



Os gastos orçamentários da União com Educação, em 2018, no governo Temer, já havia sido reduzidíssimo: 3,62% do orçamento. Ao passo que para o pagamento de juros e amortizações da dívida foram destinados mais de 40%.

Basta uma breve leitura dos dados educacionais orçamentários dos últimos 18 meses, em perspectiva comparativa com períodos anteriores, para se chegar a uma conclusão: não há investimento em educação, o que existem são cortes. Em 2019, o governo cortou inicialmente 30% do orçamento do Ministério da Educação, contingenciando mais de R\$ 2 bilhões que seriam destinados para 70 universidades e colocando em risco quase meio milhão de vagas e a pesquisa de mais de 200 mil mestrandos e doutorandos. Em função de intensa mobilização social, já mencionada, o governo anunciou o fim do contingenciamento no final do ano.

A proposta orçamentária para 2020 elaborada pelo governo Bolsonaro reduziu cerca de 20% dos recursos do MEC em relação ao montante autorizado no ano anterior, que por si só, como vimos, teve seu valor reduzido. Apesar do corte incidir da educação básica à pós-graduação, o impacto privilegia negativamente o financiamento de pesquisas e as verbas destinadas às universidades públicas. Apenas a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) perdeu metade de seu orçamento, caindo de R\$4,25 bilhões para R\$2,20 bilhões.

O desmonte da Rede Federal e dos Institutos Federais

Cumprir notar que, apesar da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), desde 2015 os recursos destinados aos Institutos Federais têm sido decrescentes – o orçamento de 2019 regrediu ao patamar do de 2011. “Após a EC n.95/2016 e, ainda mais, a partir do governo Bolsonaro, os cortes tornaram-se mais acentuados” (LEHER, 2019, p. 84). A estratégia de estrangulamento orçamentário promovida pelo governo Bolsonaro pode, ainda, ser evidenciada se mencionarmos o bloqueio de 30% do orçamento geral das Universidades e Institutos Federais (em algumas dessas instituições o corte foi ainda maior) promovido no segundo semestre de 2019, o que provocou uma situação de iminente colapso orçamentário e perspectiva de fechamento de unidades de ensino, ao afetar seu funcionamento interno. Contratos foram encerrados, bolsas de pesquisa suspensas e um profundo impacto de deterioração no tripé ensino-pesquisa-extensão. Bolsonaro quer acabar com a rede Federal – vista como projeto petista –, com o ensino integrado (os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – das escolas vinculadas aos IF são superiores à média nacional, comparável aos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE) e com a pesquisa e extensão. Apesar dos cortes, em 2018, 79% dos gastos na rede foi com pessoal. São cerca de 45 mil docentes (38 mil têm vínculo efetivo de regime de dedicação exclusiva), 94,6% são efetivos e mais de 80% são mestres e doutores. É esse quadro que Bolsonaro não quer revelar. Ou seja, com investimento e valorização da educação pública é possível atingirmos níveis de qualidade.

A ofensiva reacionária contra a Ciência e Tecnologia

Em 2017, o Brasil ocupou a 13ª posição de maior produção científica mundial. Se somarmos o montante de investimento em Ciência e Tecnologia no país, notamos uma drástica redução: R\$ 6 bilhões em 2010, R\$ 3 bilhões em 2017. Segundo a Academia Brasileira de Ciências, a redução se manteve entre 2018 e

2019. O primeiro ano do governo Bolsonaro já é suficiente para percebermos a hostilidade deste governo à ciência. Além da restrição orçamentária e das ações ideológicas contra a comunidade científica (cabe lembrar a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) e o incentivo ao irracionalismo de grupos fundamentalistas da base do governo, a Universidade Pública foi veementemente atacada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que chegou a dar declarações, apoiado em *fake news*, de que as universidades públicas brasileiras “produzem drogas”.

O clima de tensionamento nessa área é gritante, com ameaças crescentes à autonomia e funcionamento democrático dessas instituições. Apoiado no mito de que as universidades públicas brasileiras não produzem conhecimento, o ministro ocultou o fato de que, apesar das tentativas de desmonte da educação pública, mais de 80% dos cursos de pós-graduação no país concentram-se na rede pública. Num ranking das 50 instituições brasileiras que mais produziram trabalhos científicos nos últimos cinco anos, 43 são universidades públicas (apenas uma é universidade privada).

No que se refere à educação básica, o projeto de Lei 2.401/2019, de inspiração de comunidades religiosas fundamentalistas (pentecostais e neopentecostais), dispõe sobre o exercício do direito à educação familiar (domiciliar). Já o Decreto 9.765/19 (idealizado por um aluno de Olavo de Carvalho, Carlos Nadalim) institui a Política Nacional de Alfabetização que privilegia o ultrapassado método fônico, notadamente contestado por estudiosos. Também no governo Bolsonaro, o ENEM passou a ter supervisão em questões de provas no intuito de combater “viés ideológico”, conforme ficou claro no último exame, em que se deixaram de fora quaisquer questões que envolvessem discussões sobre gênero, sexualidade ou análise crítica de processos sócio-históricos (vale lembrar que a prova relativa a História deixou intocado o período entre os anos 1930 a 1980). Isso sem mencionarmos, novamente, o incentivo a aulas em EaD em substituição às aulas presenciais em contexto de pandemia do Covid-19.

Construir a Resistência e desafios na Educação

Não foram poucas as críticas à gestão educacional deste governo de extrema direita, seja ao conteúdo privatista das propostas, à ausência de debate público e diálogo prévio com a comunidade e especialistas, às medidas impositivas ou às fragilidades técnicas e inconstitucionais de certas propostas. O fato é que, a despeito da crítica, nenhuma entidade sindical ou agrupamento político tem se revelado capaz, por si só, de promover resistência massiva contra o projeto ultra

neoliberal portador de elementos fascistas do governo Bolsonaro. É imperioso que as forças progressistas e democráticas da educação e do funcionalismo público busquem construir uma agenda nacionalmente unificada, com pauta comum, no intuito de se ampliar a unidade de ação e resistência.

Para tanto, requer que se intensifique a interlocução com partidos e movimentos populares que enfrentam a agenda de Bolsonaro, no intuito de se dar um salto qualitativamente superior do estágio de acumulação de forças de resistência para se criar um movimento unitário de massas ofensivo com agendas comuns e um programa mínimo estabelecido. As lutas devem ultrapassar o curso imediato de atuação corporativa para se atingir a totalidade. E o setor da educação pública, envolvendo entidades sindicais e movimento estudantil, tem um desafio nessa luta pela construção da Frente Única: afinal, foram os protagonistas das maiores manifestações contra as políticas de desmonte do atual (des)governo.

O desafio será fortalecer os setores críticos no espaço acadêmico, a defesa da autonomia e da democracia nas instituições e, quem sabe, ganhar a comunidade em defesa da educação pública, estendendo o debate sobre a função da universidade pública, das escolas e dos Institutos Federais. Mas este movimento deve ser também pedagógico, ao incidir sobre o senso comum hegemônico pela ideologia conservadora e privatista, disputando corações e mentes, em caráter formativo, contra o projeto de desmonte e autocrático que se pretende impor e derrotar as lutas democráticas da educação e as pedagogias críticas.

Simultaneamente à defesa da educação pública, é imperioso fortalecer a luta contra o governo Bolsonaro e a direita neofascista. De tal modo, será decisivo combater a fragmentação das lutas e disputar o protagonismo social e o senso comum conservador dominante. As entidades educacionais precisarão construir uma coluna, uma fortaleza de unidade para fazer avançar a resistência dos trabalhadores da educação em conjunto com os demais setores da classe trabalhadora contra os ataques à educação pública, aos direitos sociais e às liberdades democráticas.

Para que a educação possa estar no centro do processo de emancipação da humanidade, assegurando uma transformação socialista plenamente sustentável, é preciso antes, em tempos sombrios de reação da direita conservadora, disputar narrativas na sociedade civil em defesa da popularização da educação pública; em defesa das liberdades democráticas e da autonomia das instituições; pela construção coletiva de um projeto em longo prazo de orçamento não compreendido enquanto gasto, mas como investimento social; ênfase na valorização do saber científico (e de pesquisa tecnológica) e em melhores condições de trabalho; com mira ao ensino politécnico dotado de sentido autenticamente humanitário (omnilateral), ofertado gratuitamente e de modo igualitário a todos os setores da

sociedade, sobretudo assegurado à classe trabalhadora e seus filhos. Ainda que tenhamos dimensão de que nenhuma educação será emancipadora nos marcos do sistema sociometabólico do capital, tampouco retomaremos uma educação democrática nos marcos do regime liberal-burguês se não rompermos com a lógica do bolsonarismo.

Apontamentos finais

Pudemos notar que as políticas educacionais do governo Bolsonaro, em seus primeiros 18 meses, foram desastrosas para um regime democrático, por mais limitado que este possa ser. Há dados suficientes para mostrar que o governo Bolsonaro representa um perigo para a educação pública. Como demonstra Tonet (2012), todo projeto de educação está atrelado a uma concepção de sociedade¹⁰. O projeto educacional bolsonarista corresponde ao vislumbre de uma sociedade autoritária, marcada pela profunda desigualdade social. Caso perdure este governo, a educação terá um caráter eminentemente informativo e limitado, baseada em uma concepção autoritária, excludente e permeada pelo irracionalismo. O oposto de uma educação libertária, pensamento crítico e capacidade inventiva. A ofensiva reacionária está apoiada no fundamentalismo religioso e no obscurantismo anticientífico e em práticas de autoritarismo. O desafio de popularizar a defesa da educação pública, como nos lembra Leher (2019), está em disputarmos uma narrativa contra-hegemônica. Para tanto, devemos superar as pautas corporativas (sem abandoná-las, por suposto) e vislumbrarmos um outro projeto de sociedade.

No ano de 2019, as manifestações massivas de maior expressão contra as políticas de Bolsonaro foram protagonizadas pelo setor da educação. Não à toa Jair Bolsonaro tem privilegiado a educação como sua arena de conflito. Estudantes e servidores indignados com as medidas que combinam ajustes ultra neoliberais com elementos neofascistas estiveram à frente em protestos no 15M, 30M, 14J e 13 de agosto. Outras manifestações nacionais de menor impacto foram deflagradas. Entidades como Andes-SN, Sinasefe, Fasubra, Contee, CNTE, UNE, Fenet¹¹, dentre outras, articularam-se em jornadas de lutas consideráveis em defesa da educação pública. Mas estas, ainda, têm se demonstrado manifestações insuficientes para se resgatar o sentido de protagonismo social e unificar a oposição nas ruas diante dos ataques em curso, sem a capacidade de inverter o signo da situação reacionária aberta no país. Ou seja, com as manifestações pós-15M abriu-se uma

10 “É neste sentido que podemos dizer que a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica de seu desenvolvimento. E que ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contrárias” (TONET, 2012 p.17).

11 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, União Nacional dos Estudantes, Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico, respectivamente (N. do E.).

conjuntura de resistência (defensiva) mas não o suficiente para inverter a situação desfavorável para os trabalhadores.

Já nos primeiros meses do ano de 2020, seguimos vivendo um cenário muito difícil com a combinação de três elementos conjunturais: a) crise sanitária em meio à pandemia do Covid-19 e o caos na saúde pública; b) intensa crise política marcada por profunda instabilidade no cenário nacional, com tensionamentos entre Executivo, Legislativo, forças do Judiciário e demais instituições do regime; c) crise econômico-social caracterizada por amplo quadro de desemprego e aumento da espoliação das condições de vida dos brasileiros. As perspectivas de continuidade de pandemia e necessidade de isolamento social causado pela Covid-19 parecem indefinidas até a conclusão do presente artigo. O fato é que o pressuposto para a defesa de uma educação democrática está na deposição organizada deste governo com traços neofascistas, aglutinando-se a mais ampla participação popular. O desafio está lançado para impedirmos o suicídio de nossa jovem democracia, como salientou um importante estudioso da educação brasileira.

Referências Bibliográficas

CASTRO, J. A. **Financiamento da Educação. Apresentação realizada em Pense Brasil-SP**. Fundação João Mangabeira, São Paulo, 13 de junho de 2019.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro**, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, 2018.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

SIAFI. Banco de Dados. **Orçamento da União – Fiscal e seguridade – até 31 dez. 2018**. Disponível em: <http://www.2camara.leg.br/orcamento.da.uniao/leis. orcamentarias/loa>. Acesso em 15 fev. 2020.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

WORLD BANK. **Priorities and strategics in education: a World Bank Review**. Washington D.C.: World Bank publication, 1995.